

# GREVE

ASCEF | ASSIFECO | FENTCOP | FECTRANS/SNTSF | SINAFE  
SINDEFER | SINFA | SINFB | SINTTI | SIOFA | SNAQ | STF | STMEFE

Lisboa, 5 de Maio de 2025

## 7 e 8 de Maio

### VAMOS TODOS FAZER OUVIR O NOSSO DESCONTENTAMENTO

Apesar da reunião realizada hoje com a Secretária de Estado da Mobilidade, não surgiu qualquer novidade que altere as razões que levaram estas organizações sindicais a marcar greve para os dias 7 e 8 de maio.

Até ao dia 24 de abril, os sindicatos fizeram um esforço significativo para alcançar um acordo. Demonstrámos flexibilidade para que o entendimento alcançado pudesse ser enquadrado no orçamento da CP para este ano, sem recorrer a verbas extraordinárias do Orçamento do Estado.

**Do nosso lado, o esforço já foi feito. Agora cabe ao Governo cumprir a sua parte, aplicar o que foi acordado e evitar o conflito na CP.**

**As receitas da CP aumentam, cresce o número de passageiros e de comboios em circulação, aumenta o trabalho e as funções, mas, os salários dos trabalhadores que são os verdadeiros responsáveis pelos bons resultados da empresa, continuam estagnados.**

É tempo de deixar claro: **Sem trabalhadores, não há serviço ferroviário.**

Todos reconhecem que o aumento salarial é essencial para resolver o problema estrutural da CP, a dificuldade em contratar e manter trabalhadores. Por isso, está nas mãos da administração e do Governo contribuírem para essa solução, em vez de continuarem a adiar o inevitável.

Vamos à luta, em união, com toda a força nas nossas reivindicações.  
Quem trabalha merece respeito.



## **NOTA DE IMPRENSA**

Os dias 7 e 8 de Maio são de luta na CP, na forma de greve de 48 horas dinamizada por estas organizações.

Esta greve vai acontecer depois destas organizações sindicais não aceitarem a imposição do aumento salarial inferior ao do salário mínimo nacional e de posteriormente terem dado acordo à última proposta apresentada pela administração da empresa (no dia 24 de abril) mas que dois dias depois, o presidente da CP comunicou que não o podia implementar por falta de autorização do governo, argumentando que este está em gestão e que não pode decidir sobre o acordo, que é (apenas) suportado pelo orçamento da empresa.

Estes sindicatos, empenhados em resolver este problema, no dia 24 de abril, flexibilizaram as suas posições e aceitaram algumas alterações (propostas pela a empresa) ao relatório final, posteriormente entregue ao governo, de modo que as soluções tivessem acolhimento no Orçamento da CP, mas pelos vistos, fomos os únicos empenhados em encontrar soluções que evitariam mais conflitos laborais na empresa.

Ainda hoje, em reunião realizada com a Secretária de Estado da Mobilidade e perante a representação de todas os sindicatos da CP, houve o reconhecimento dos argumentos das organizações de trabalhadores, mas faltam as soluções que autorizem a administração da CP a aplicar o acordo existente e, assim, por termo ao conflito e evitar as greves anunciadas.

Os trabalhadores lutam:

- Pela resolução de um problema estratégico na empresa, que é a incapacidade desta em reter os atuais trabalhadores e recrutar novos para preencherem as lacunas existentes.
- Contra a imposição de aumentos salariais que não repõem o poder de compra.
- Pela negociação coletiva de aumentos salariais e pela implementação do acordo de reestruturação das tabelas salariais, nos termos em que foi negociado e acordado com todas as ORTS.

O governo que afirma não poder autorizar este acordo por estar em gestão, é o mesmo que durante este período aprovou resoluções de investimento de muitas centenas de milhões de euros, nomeadamente, no Plano Nacional Ferroviário.

Esta situação coloca em causa a credibilidade de futuras negociações com esta administração, já que estas foram conduzidas (sempre) no pressuposto que teriam o apoio do Ministro das Infraestruturas e Habitação e do Ministro das Finanças. Terão estes ministros sido desautorizados?

A CP tem um problema estratégico por resolver, necessita de reter os atuais trabalhadores e ter capacidade de recrutar novos, o que não acontece. Todos reconhecem que os salários são baixos e pouco atrativos e foi nesse sentido que administração e sindicatos elaboraram um trabalho em conjunto propondo ao governo medidas excepcionais no ano de 2025, no sentido de serem reestruturadas as grelhas salariais na CP, tendo registado unanimidade nas soluções encontradas.

Perante esta situação inédita nos processos de negociação coletiva, em que uma proposta é retirada pela administração de uma empresa após esta ser aceite por estas ORTS, o descontentamento dos trabalhadores acentuou-se e é generalizado em todas as categorias profissionais e terá forte expressão e demonstração na próxima greve a decorrer durante a presente semana.

Lisboa, 5 de Maio de 2025

As organizações sindicais

Contactos:

